



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL
Conselho dos Direitos da Mulher

ATA
COMISSÃO PDPM
SEXTA ATA

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, foi realizada a sexta reunião da Comissão do PDPM, tendo como pauta: 1. Discussão sobre a Consulta Pública do II PPDM; 2. Informes; 3. Encerramento. A reunião remota inicia via aplicativo Google Meet, com a presença da Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica de Projetos da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, Dulce Tannuri. Com a presença da Secretária de Estado da Mulher e Presidente do CDM-DF, Ericka Filippelli. Com a presença das membras do Poder Público: Melissa Massayury (SEJUS); Cláudia Maya (SEDES); Mônica França (CODEPLAN). Com a presença das membras da Sociedade Civil: Mara DallNegro (FMM-DF); Wilma dos Reis (MMM/DF); Ormezina Falcão (CEPAI), Lúcia Bessa (ABMCJ). Com a presença da Sra. Renata Lavareda, assessora da Dra. Cíntia Costa, do Núcleo dos Direitos Humanos do MPDFT. Com a presença das Sras. Rosatilde Lima e Christiane Dias, assessoras da conselheira Meire Mota (SEGOV). Com a presença da Sra. Roberta Cantarela da Coordenação de Mulheres da Universidade de Brasília-UNB. E com a presença da Assessora do CDM-DF, Tayná Caldas. A Sra. Dulce Tannuri dá os cumprimentos, inicia a reunião e abre a palavra às demais conselheiras presentes. A Sra. Lúcia Bessa conta a importância da presente reunião. Pede informações em nome da Comissão sobre o andamento da Consulta Pública, bem como quantas pessoas já foram ouvidas, quantas já responderam o questionário, qual é a perspectiva da elasticidade dessa consulta e quando se dará, de fato, o seu encerramento. Solicita esclarecimentos quanto ao modo de operação da Consulta pela SMDF e CODEPLAN. Pergunta qual é o papel da Comissão do PDPM na participação da escuta. Lembra sobre a importância da participação das mulheres Rurais, Indígenas, Ciganas e Quilombolas nesse processo. As conselheiras demonstram preocupação em relação à dificuldade de acesso dos grupos de mulheres supracitados e reiteram essencialidade de sua participação. A Sra. Lúcia Bessa sugere a discussão de como essas mulheres poderão ser alcançadas e ouvidas. Cita o Fórum das Mulheres do Campo e do Cerrado como uma ferramenta essencial de escuta e acesso a esses grupo de mulheres. A Sra. Wilma dos Reis ressalta a importância da definição de prazos para o cumprimento dos trabalhos. A Sra. Dulce Tannuri conta que ao final de cada semana a CODEPLAN encaminha para a SMDF o resultado parcial do que está acontecendo com a Consulta Pública. Informa que até o último dia útil da semana passada o questionário obteve 98 respostas completas, 855 incompletas, totalizando 953 acessos à Consulta. Conta que a proposta inicial é que o formulário esteja disponibilizado durante o mês no site da Secretaria da Mulher, do dia 10/03 ao 10/04. Revela que após o encerramento do prazo, a CODEPLAN irá compilar os dados e disponibilizá-los à Secretaria, e que a partir disso, a SMDF fará uma análise. A Sra. Mônica França esclarece que irá repassar os dados mais atualizados e antecipados pela CODEPLAN para informar à Comissão os dados levantados até o momento presente. Expõe que foram realizados 130 questionários respondidos de forma completa, 1.034 incompletos, e um total de 1.164 respondidos. Informa que em relação à prorrogação do prazo de encerramento da Consulta há sim a possibilidade em relação ao software utilizado. Porém, acredita que isso deva ser verificado e discutido com a SMDF. Conta que, em referência às mulheres Quilombolas, Ciganas, Indígenas e da área Rural, não é possível captar no questionário se esses grupos de mulheres responderam, pois no formulário foi colocado como opção somente negros e não negros. Informa que não há como desagregar ou editar o questionário e que não é possível saber se o formulário conseguiu, de fato, chegar até esse público. Lembra que na última reunião foi solicitado à Comissão propostas para que essas pessoas tenham acesso. Sugere como proposta que as membras da Comissão usem da sua influência e da influência das suas respectivas entidades para chegar até essa população. Acredita que seria sim possível estender o prazo para que esse público tenha sua participação garantida. A Sra. Tayná Caldas organiza a inscrição de pedidos de fala no chat do aplicativo. A Sra. Secretária agradece os esclarecimentos da Sra. Mônica. Informa que foi falada na reunião de fevereiro que a Consulta Pública iniciaria. Conta que a Comissão foi criada para elaboração de estratégias para essa escuta. Expõe que a presente reunião foi criada para que a SMDF pudesse ouvir a opinião das membras. A Sra. Mara Dall'Negro fala sobre a prorrogação do prazo em relação ao acesso eletrônico. Explica que só o adiamento do prazo de encerramento da Consulta Pública não é efetivo, pois

o problema ainda continuará sendo o mesmo. Conta que é necessário pensar de forma prática as soluções de como levar esse acesso à população em discussão. A Sra. Lúcia Bessa se mostra preocupada em relação aos questionários incompletos. A Sra. Mônica França responde que o questionário apresenta vários eixos, e que muitas vezes, as outras pessoas não respondem os demais eixos. Conta que ainda assim, se faz importante e considerável. A Sra. Secretária informa que foi pensado em duas maneiras de resposta: formulário completo ou apenas as partes do formulário que a pessoa quiser. Conta que o que é importante é que ela responda o que quiser, pois muitos homens e mulheres não têm conhecimento de determinadas áreas. E dessa forma, é importante que a pessoa responda somente aquilo que ela tenha interesse em responder. Diz que mesmo que o formulário não tenha sido respondido de maneira completa, já foi dada uma significativa contribuição. A Sra. Lúcia Bessa ressalta novamente a importância da utilização do Fórum das Mulheres do Campo e do Cerrado no processo de escuta pública. Acredita que ele pode ser utilizado, a fim de garantir a contribuição dos grupos em discussão. Relembra sobre a unidade móvel (ônibus da mulher). Conta que poderia ser uma ferramenta útil. Sugere a aplicação de questionários físicos e relembra sobre a importância da ajuda das entidades que representam essas mulheres no processo. A Sra. Wilma dos Reis pede a possibilidade de abrir mais opções de etnias no formulário, bem como a questão da identidade de gênero e sexualidade. Reitera a importância da utilização do Fórum das Mulheres do Campo e do Cerrado. Dá a sugestão de articular parceria com as demais secretarias de estado do DF no processo de divulgação da Consulta Pública. Conta que acredita ser necessário a ida de pequenos grupos até os locais de mais difícil acesso afim de garantir a participação das populações supracitadas. A Sra. Mônica França informa à Sra. Wilma que não há como mexer no questionário, tendo em vista a quantidade de pessoas que já o respondeu. Explica que a edição de alguns itens do formulário poderia comprometer o resultado. A Sra. Melissa Massayury retoma a questão trazida pela Sra. Wilma sobre a inclusão do campo de " identidade de gênero" no formulário e conta que a SEJUS está em processo de discussão com a CODEPLAN em relação a esse ponto para avanços futuros, pois são temas novos até mesmo nas pesquisas. Diz que iniciou um bate-papo interno com algumas coordenadoras na SUBDI para discutir sobre as contribuições que essas coordenações temáticas poderiam dar na divulgação do questionário para essas populações de mulheres. A Sra. Secretária agradece e pede ajuda da Sra. Melissa nessa questão. Conta que foi feita ampla divulgação da Consulta Pública na imprensa. Retoma a fala pertinente da Sra. Mara Dall'Negro e expõe que é necessário que haja um motivo plausível e bem pensado para a prorrogação do prazo de adiamento da escuta. Diz que é importante identificar qual é o público que a Comissão precisa trazer para essa Consulta de forma aproximada. Explica que o Fórum das Mulheres Rurais já foi acionado em relação ao Plano Distrital. Conta que na última reunião do Fórum foi falado sobre a Consulta Pública e o link do questionário também foi disponibilizado à elas. Reitera a importância da influência das entidades integrantes do CDM-DF na promoção desse debate. Pede o apoio das conselheiras da Sociedade Civil e do Poder Público na divulgação da Consulta. Compartilha que a SMDF está pensando em realizar um seminário online para apresentação dos eixos como proposta do governo, da sociedade civil e pelas pessoas. Diz que acredita ser possível encerrar todo o processo de escuta no mês de abril. A Sra. Mara Dall'Negro elogia o trabalho realizado pela Secretaria da Mulher e CODEPLAN. A Sra. Presidente conta que fará uma articulação com a Dra. Sandra, representante da federação das mulheres agronegócio, para verificar se ela já respondeu e se pode ajudar na ampla divulgação. Fala sobre a importância da criação de uma agenda itinerante para ressaltar que a Consulta não se ateve somente a participação virtual. Acredita que isso dá legitimidade ao processo e que será possível realizar essa ideia afim de garantir a participação presencial desse grupo de mulheres, respeitando, é claro, as medidas sanitárias da COVID-19. A Sra. Roberta Cantarela conta que a Universidade está aberta para ajudar no processo. Informa que a UNB está divulgando o documento no ambiente universitário. Conta que além da Coordenação das Mulheres há a Coordenação Negra e Indígena com várias pessoas que poderiam colaborar com a discussão. Se coloca à disposição para auxiliar no que for necessário. A Sra. Secretária pede a sua inclusão no grupo da Comissão do PDPM à assessoria do CDM-DF. A reunião da Comissão do PDPM teve os seguintes encaminhamentos: 1. Frentes definidas como importantes na reunião: 1. Negras; 2. Quilombolas; 3. Indígenas; 4. Mulheres com deficiência; 5. Mulheres rurais; 6. LBT; 7. Mulheres Trans; 8. Ciganas; 2. Conselheiras usarão de sua influência para entrar em contato com essas representantes; 3. Definição sobre os pontos focais e grupos que precisam ser ouvidos (listagem); 4. Criação de uma agenda paralela de escuta; 5. Estabelecimento de convidados para o Seminário. A Sra. Presidente se despede das membras da Comissão. A Sra. Dulce Tannuri agradece a participação de todos e encerra a reunião. A SMDF, juntamente com a Codeplan, irá estudar a forma de prorrogação do prazo de disponibilização da consulta pública. A próxima reunião ficou marcada para 12/04. Nada mais havendo, e para constar, eu, Tayná Caldas, redigi, lavrei e datei a presente ata. Assinada por mim e pelos(as) membros(as) do Conselho, presentes na reunião.

Brasília, 06/04/2021

Assinaturas:

Documento assinado eletronicamente por **ERICKA SIQUEIRA NOGUEIRA FILIPPELLI - Matr.0273496-6, Secretário(a) de Estado da Mulher**, em 17/05/2021, às 14:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **TAYNA DE SAO JOSE CALDAS - Matr.0274453-8, Assessora**, em 21/05/2021, às 14:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA MASSAYURY ASSUNÇÃO BATISTA - Matr.0244212-4, Assessor(a) Especial.**, em 24/05/2021, às 14:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **59663082** código CRC= **D48B4112**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 8º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF